

COMUNIDADE, ESPAÇO, LOCALIDADE - ALGUMAS REFLEXÕES SUSCITADAS POR UM ESTUDO DE CASO*

por

José Manuel Sobral**

Abstract: Taking as a point of departure some classic definitions of community, this article argues in favour of the pertinence of a relational concept of the latter entity. Reflection originates with a case study — a rural parish in the centre of the country — and grants particular attention to the spatial dimensions of the *locale* which serves as the object of analysis. These dimensions are seen as a product of a history inscribed over the centuries within the structure of landed property, which forms the fundamental basis upon which local social space rests. Analysis of the classes which comprise this local social space deals in special detail with some of the latter's specifically territorial aspects, due firstly to the fact that this territory demarcates discrete spaces of interaction, and secondly, that it constitutes a discursive referent for different and contrasting social positions. The fact that interaction is moulded by social position leads to the proposition that the conception of community, within the local context, only applies to those maintaining wider social relationships of greater intensity.

A sociedade rural tem sido um referente por excelência do(s) conceito(s) de comunidade. Ainda antes da emergência das ciências sociais no século XIX, já se havia generalizado uma representação do mundo rural em que este aparecia como a imagem inversa e contraposta dos comportamentos sociais e políticos que surgiam aos olhos dos contemporâneos como novos¹. De um modo sintético, aos pequenos conjuntos sociais de outrora, unidos por solidariedades em que mesmo a existência de uma hierarquia social implicaria reciprocidades entre os mais

* Este artigo é uma versão revista de um texto de 1988 integrado no 87º Congresso Anual da *American Anthropological Association* em Phoenix, Arizona, no painel “Anthropology Meets History in Portugal: Kinship, Inheritance, and Dynamic Community Models” organizado por Brian Juan O'Neill, anterior à redacção da dissertação de doutoramento do autor, *Produção e Reprodução da Sociedade – família, parentesco, estrutura social numa freguesia rural beirã* (Lisboa, ISCTE, 1993). Por isso, alguns dos tópicos aqui tratados são retomados na mesma. Para não tornar as notas excessivamente pesadas, remeto os interessados nas fontes documentais, em que se apoiam as afirmações aqui produzidas, para essa dissertação.

** Investigador Auxiliar – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Cf. Raymond Williams: “Community”, in *Keywords—a vocabulary of culture and society*, Londres, Fontana Press, 1988 (1976); *A Cidade e o Campo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Ver igualmente Keith Thomas, *Man and the Natural World - changing attitudes in England 1500-1800*, Londres, Allen Lane, 1983, pp. 242-254.

poderosos e os que não tinham poder, contrapunham-se vivências sociais, em agregados de maior escala, onde o conflito de interesses e o egoísmo se sobreporiam. A universos sociais marcados pelo conhecimento mútuo e pela importância dos laços de parentesco, pela afinidade em termos de modos de vida da maioria, teriam sucedido outros em que, pelo contrário, predominaria o anonimato, o enfraquecimento dos vínculos familiares, a diferenciação e especialização ocupacional. Ao mundo de uma autoridade legitimada pela tradição, opôr-se-ia o da questionação dos seus fundamentos.

Estas linhas não pretendem estabelecer uma genealogia do conceito de comunidade, mas tão só chamar a atenção para o contexto em que o mesmo se desenvolveu. Um contexto dicotómico em que o mundo rural é visto como um símbolo fundamental de *comunidade*, perante um tipo de sociedade — produzido pela transformação política iniciada com a mudança revolucionária e o liberalismo, a industrialização e o capitalismo, a aceleração da urbanização, etc. — que aparece como o seu contrário. Podemos detectar a presença de um contraste, que não coincide obviamente com a generalização simplificadora que acabámos de fazer, mas que remete para alguns dos seus traços, nas grandes teorizações sobre sociedade e a evolução social na segunda metade de Oitocentos e nas primeiras décadas do século actual².

Tönnies terá sido, de todos os clássicos de sociologia, aquele que mais terá influenciado os estudos de comunidade, e a dicotomia que estabeleceu entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (associação) é evocada com frequência nestes estudos. Na comunidade, de que cita como exemplos os agregados familiares e os engendrados pela vizinhança, vê um grupo a que se pertence naturalmente. São agregados caracterizados pelo consenso entre os que os compõem e nos quais os indivíduos se inserem como um órgão num organismo. Para este sociólogo, "... a possibilidade da comunidade apoia-se, em primeiro lugar, na estreiteza da relação consanguínea e na mistura de sangue; em segundo, na proximidade física e, por último — para os seres humanos — na proximidade intelectual"³.

Vale a pena referir que Tönnies concebeu esta divisão como instrumento conceptual para classificar relações sociais, mas que ele próprio a inseriu num quadro de evolução social, em que se passa do primeiro tipo de relacionamento social ao segundo. Além de Tönnies outras teorizações basearam as suas representações da

² Ver Robert Nisbet, (trad. fr.), *La Tradition sociologique*, Paris, Puf, 1984 (1966), pp. 15-138. Neste trabalho faz-se a história da noção de *comunidade* nos escritores — Marx, Weber, Durkheim, Tönnies, Simmel... — que influenciam as ciências sociais no século passado e nos primórdios do actual, pelo que nos dispensamos de a repetir aqui.

³ Ferdinand Tönnies (trad. castelhana), *Comunidad y Asociación*, Barcelona; Ediciones Península, 1979 (1887). O prefácio de Salvador Giner e Lluís Flaquer a esta obra, "Ferdinand Tönnies y la ciencia social moderna", constitui uma excelente análise da obra do sociólogo alemão e da sua influência nas ciências sociais.

sociedade num contraste entre tipos distintos. Por exemplo, Weber, que contrastou as relações *comunais* — assentes num sentimento subjectivo, “afectivo” ou “tradicional” de pertença (a relação erótica, a lealdade pessoal...) — com as relações *associativas*, caracterizadas pela racionalidade dos interesses envolvidos, como sucederia, por exemplo, com as relações de troca no mercado ou com associações voluntárias baseadas no interesse pessoal ou na adesão a valores comuns⁴.

Através de caracterizações como as mencionadas e por intermédio de uma representação mais vaga da sociedade rural tradicional a que se aludiu de início, veio a delinear-se uma imagem do mundo rural como universo de comunidades, sendo estas definidas, por exemplo, pela pequena dimensão, homogeneidade, auto-suficiência em termos de satisfação das necessidades básicas reprodutivas dos que as compõem, consciência de uma identidade própria⁵. Esta imagem foi, por sua vez, questionada em tempos mais recentes. Insistiu-se nomeadamente em que tinha havido uma identificação de modelos teóricos como os de *comunidade* e *sociedade* com situações sociais concretas, deturpando-as⁶. Assinalou-se igualmente que as análises privilegiavam dimensões de integração e de solidariedade nas comunidades, desvalorizando os conflitos que as percorriam⁷. Ou que esses mesmos universos sociais não se encontravam tão separados de sociedades envolventes e de dinâmicas mais globais quanto a representação feita dos mesmos⁸. Ou ainda que as comunidades não eram propriamente estruturas sociais concretas, antes construções simbólicas de identidade, definidoras de um “nós”⁹.

De toda esta discussão iremos reter as propostas dos que procuraram desenvolver um conceito *relacional* de comunidade¹⁰. Neles a comunidade denota configurações sociais definidas por vínculos múltiplos e pluridimensionais que se

⁴Max Weber (trad. cast.ª), *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984 (1922), pp. 33-34. As designações relações “comunais” e “associativas” correspondem à edição deste texto por Talcott Parsons — Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization*, New York, The Free Press, 1964 (1947), pp. 136-139 — enquanto os tradutores para castelhano preferiram as de “comunidade” e “sociedade”. Weber, que se inspirou em Tönnies, chama a atenção para o facto de se tratar de uma tipologia de relações sociais, e que em qualquer *comunidade* há aspectos da *sociedade* e vice-versa.

⁵É a caracterização de Robert Redfield, produzida em “The Little Community”, in R.R., *The Little Community and Peasant Society and Culture*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1973 (1960), p. 4.

⁶Giner e Flaquer, op. cit.

⁷Cf. Oscar Lewis, *Life in a Mexican Village – Tepoztlán Restudied*, The University of Illinois Press, 1972 (1951), em particular pp. 427-448. Lewis visa as posições de Redfield expressas num estudo sobre a mesma localidade.

⁸Uma monografia antropológica precursora sobre um “terreno” europeu foca a problemática da relação comunidade/sociedade envolvente. Cf. Julian Pitt-Rivers, *The People of the Sierra*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1971 (1954).

⁹Cf. A.P. Cohen, *The Symbolic Construction of Community*, Chichester e Londres, Ellis Horwood e Tavistock, 1985.

¹⁰Cf. Craig Calhoun, “Community: toward a variable conceptualization for comparative research”, in *Social History*, vol. 5, nº 1, 1980, pp. 105-129.

sobrepõem — parentesco ou vizinhança, por exemplo —, bem como por modos de vida determinados. Essas configurações tanto podiam ser anteriores à existência de divisões de classe, como precisamente ser a classe a base da comunidade. Este conceito possibilita o estabelecimento de uma distinção entre localidade e comunidade. Com efeito, se estas podem em certos contextos ter um certo grau de coincidência — sempre que haja um determinado grau de homogeneidade social —, muitas vezes tal está longe de ocorrer. A contiguidade espacial não implica relacionamento social. Pelo contrário, no território de uma qualquer povoação podemos encontrar limites e forte segregação em termos sociais (ou socio-espaciais). Neste entendimento de comunidade figura o espaço. Simplesmente, não se trata do mesmo espaço para todos os que habitam uma determinada localidade. Enquanto para alguns o essencial do seu relacionamento pode decorrer na localidade e localidades vizinhas, para outros — emigrantes, e sobretudo membros de classes dominantes — o espaço da sua prática social pode ser o do estado-nação ou ir para além das fronteiras nacionais.

A investigação que serviu de base a este texto seguiu em grande medida a metodologia do “estudo de comunidade”. Procurou estudar através da “observação participante” vários aspectos de uma colectividade relativamente pequena, inserindo-a num campo analítico mais vasto, supra-local, porque as dinâmicas locais não se podem observar como algo separado de contextos sociais mais amplos, como o estado nacional ou um espaço internacional cada vez mais influente. Debruçou-se, também, sobre a pertinência da utilização de um conceito relacional de comunidade no estudo da sociedade, questão a que voltaremos na parte final do trabalho.

2.

Espaço e tempo são elementos constitutivos da acção social. Qualquer tipo de relacionamento tem um carácter espaço-temporal. Um lugar não é apenas um meio, um suporte da vida humana, uma entidade separada do que existe nela. O espaço, não sendo um determinante absoluto, coloca, pelas suas características físicas ou naturais, constrangimentos, ao mesmo tempo que oferece determinadas possibilidades à actividade humana. É parte da sua vida. Uma vida estruturada por ritmos temporais, associados à distribuição espacial das diversas actividades sociais. Basta atentar na importância de factos como alternância entre o dia e a noite, que foi, até ao apogeu da sociedade industrial e à difusão concomitante da luz artificial, o principal regulador dos tempos e lugares de trabalho e de repouso, na sazonalidade de processos sociais — descanso, lazer ou trabalho associados a espaços próprios —, ou no modo como o calendário anual ou o horário quotidiano referenciam e distribuem temporal e espacialmente as nossas vidas. Não se trata, pois, de dimensões externas aos sujeitos. Espaço e tempo são constitutivos das

estruturas e práticas sociais, do passado que se revela na memória e nos hábitos, existem sob forma incorporada¹¹.

Espaço e tempo têm sido, por isso, trabalhados na pesquisa das sociedades ao longo do século actual. Não se pode esquecer o impacte da geografia humana, com a sua atenção sobre paisagens e/ou territórios moldados pela acção humana no tempo, nem uma historiografia construída em íntimo convívio com a mesma — em particular, a chamada “Escola dos Annales” —, que insistiu no carácter histórico e construído dos espaços e no modo como estes se relacionavam com a actividade humana. Na antropologia e na sociologia, também é discernível (alguma) atenção a estas dimensões da vida social¹². Porém, mais recentemente tem vindo a conferir-se uma atenção específica à articulação entre espacialidade e

¹¹ Sobre o carácter temporal da vida social — incluindo a cronobiologia (ciclos ou ritmos do corpo) — ver a obra de Michael Young, *The Metronomic Society – Natural Rhythms and Human Timetables*, Londres, Thames and Hudson, 1988; ver igualmente como o tempo (e o espaço) se incorporam na rotina diária, nos hábitos, na mesma obra, cap. 4, “Habit. The Flywheel of Society”, pp. 75-128. Quanto à relação corpo-espaço, consultar Henri Lefebvre — *La Production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1974, p. 50 e p. 131 —, onde se recorda que as unidades de medida do espaço (braça, côvado, polegada) eram outrora partes do corpo humano. A obra de Lefebvre é também importante no que diz respeito à articulação espaço-tempo. Sobre a relação entre espaço e memória, veja-se o clássico de Maurice Halbwachs *La Mémoire collective*, Paris, PUF, 1968 (1950), em particular o cap. IV, “La mémoire collective et l'espace”, pp. 130-167. Recorde-se que a articulação espaço-temporal da vida social já havia sido tratada no ensaio pioneiro de Marcel Mauss, “Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos — étude de morphologie sociale”, in M.M., *Sociologie et anthropologie*, PUF, 1973 (1904-1905), pp. 389-477.

¹² Estas considerações não assentam propriamente numa leitura exaustiva destas ciências sociais. Baseiam-se fundamentalmente na ponderação de obras como as dos historiadores Lucien Fèbvre — *La Terre et l'évolution humaine*, Paris, Éditions Albin Michel, 1970 (1922) —, Marc Bloch — *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris, Armand Colin, 1968 (1952) — ou Fernand Braudel — (ed. cast.) *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Filipe II*, México, Fondo de Cultura Económica, 1980 (1ª ed. 1949), e “Histoire et sciences sociales: La Longue Durée”, in *Écrits sur L'Histoire*, Paris, Flammarion, 1969 —, a que se poderiam juntar as de muitos discípulos e continuadores. Na de trabalhos sociológicos como os pioneiros de Mauss ou de Georg Simmel — (trad. cast.) “El espacio y la sociedad”, in *Sociología*, vol. 2, Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1ª ed. 1908). Em antropologia tem um lugar central a obra de Evans-Pritchard sobre os Nuer — (ed. cast.) *Los Nuer*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1977 (1ª ed. 1940). Em geografia remetemos para obras como a já citada de Lucien Fèbvre, e em pequenas sínteses — cf. Chantal Blanc-Pamard e Jean-Pierre Raison, “Paisagem” e Marcel Roncayolo, “Território”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 8, Região, Lisboa, IN-CM, 1986 —, bem como para trabalhos como os seguintes: Derek Gregory e John Urry, eds., *Social Relations and Spatial Structures*, Houndmills, Basingstoke e Londres, 1985; Nigel Thrift e Peter Williams, *Class & Space...*, Londres e Nova Iorque, Routledge & Kegan Paul, 1987; Edward W. Soja, *Postmodern Geographies - the reassertion of space in critical social theory*, Londres e Nova Iorque, Verso, 1989.

Também não se pretende fazer uma amálgama destes contributos, por vezes muito distintos, mas tão só assinalar que eles representam momentos de reflexão sobre a relação entre espaço, tempo e acção humana.

temporalidade e ao seu papel constitutivo e regulador da vida social¹³. Em suma, tem havido um maior reconhecimento, no plano analítico, da dimensão espácio-temporal do universo social, quer se esteja a tratar do plano da vida individual ou de grupos e classes sociais, da interacção quotidiana, de conjunturas, ou ainda se trate de objectos ao nível da estrutura.

Se corro o risco de referir aqui estes aspectos, de um modo tão sumário e fragmentado, é porque procurei tê-los em conta na pesquisa em que assenta este texto. Esta centrou-se numa freguesia rural da Beira e mais intensamente numa das aldeias contígua à sede de freguesia, complementada com o estudo de grupos sociais (alguns grandes e médios proprietários) que vivem nesta última e de instituições sociais e políticas que nela têm a sua sede. A sua existência e reprodução é indissociável. Desse trabalho retirarei alguns dados referentes à importância das dimensões espácio-temporais inscritas em lugares, hábitos, objectos, memória ou discursos dos que aí habitam. Aliás, a própria situação do trabalho de campo contribui para transformar espaço e tempo em algo de concreto, em virtude do investigador se confrontar com rotinas temporais e quadros espaciais distintos dos que configuram o seu quotidiano habitual¹⁴.

Tentei pensar este lugar como um *locale*, no sentido que Giddens confere ao termo: "...Uso *locale*, preferindo-o deliberadamente à noção de *lugar*, tal como esta é habitualmente proposta por geógrafos, porque *lugar* é muitas vezes apenas uma noção vagamente formulada e porque habitualmente não significa a coordenação simultânea no tempo e no espaço. *Locales* referem contextos de interacção, incluindo os aspectos físicos do contexto — a sua *arquitectura* — nos quais se encontram concentrados aspectos sistémicos da interacção e das relações sociais"¹⁵.

3.

O local para que remeto neste texto é uma freguesia rural do concelho de Nelas, distrito de Viseu. A freguesia é actualmente composta por três núcleos de povoamento: Vila com 819 habitantes, Aldeia com 423 e uma outra povoação, bastante mais pequena, com 57¹⁶. As duas povoações principais situam-se na zona

¹³ Anthony Giddens tem sido uma figura saliente nesta teorização, envolvendo nomeadamente na sua reflexão os contributos da geografia do tempo. Ver: *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Londres, The Macmillan Press, 1981; "Time, Space and Regionalization", in *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984, pp. 110-161; "Time and Social Organization", in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 140-165.

¹⁴ Vão neste sentido as observações de Roberto da Matta, in *A Casa & a Rua*, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991, p. 46.

¹⁵ Anthony Giddens, *The Nation-state and Violence*, vol. II de *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Cambridge, Polity Press, 1985, pág. 13.

¹⁶ Dados do XII Recenseamento Geral da População (1981), Lisboa, INE, 1983. Vila e Aldeia são designações fictícias. Para todos os outros dados referentes à análise local que serão evocados neste texto, remete-se, como se disse de início, para a nossa tese.

planáltica da freguesia. A cerca de 4 quilómetros, na margem do Dão, fica a povoação mais pequena.

A terra, meio de produção fundamental aqui, encontra-se desigualmente repartida. Num dos pólos encontramos os grandes proprietários. Detêm extensões variáveis de terra que vão de pouco mais de 30 hectares num dos casos a mais de 130 num outro. Estão aqui agregados num mesmo grupo, mau grado as assimetrias em termos de terra que controlam, porque a escala da exploração e a especialização produtiva dos que têm menos extensão os distinguem com nitidez de todos os outros proprietários e os aproximam daquele que tem mais. Além disso, a sua história familiar é a de membros do primeiro grupo. Há diferenças de atitude económica no seu seio. O maior dos proprietários especializou-se na produção vinícola — a freguesia encontra-se no centro da Região Demarcada do Dão —, dedicando à mesma na actualidade mais de 50 hectares e engarrafa o seu vinho — chega a produzir bem mais de 300 000 litros — em modernas instalações próprias. Está hoje associado na sua comercialização a uma família chilena de exportadores. O que tem menos terra é um dos maiores produtores locais de maçã, com cerca de 4 000 árvores que produzem em torno das 200 toneladas, além de 25 000 litros de vinho. Um seu parente, com pouco mais de 40 hectares, tem uma pocilga com cerca de 1000 animais e produz em torno de 60 000 litros de vinho que engarrafa. Além disso, a maioria destes proprietários tem outras produções destinadas ao mercado, como a de azeite. As outras famílias proprietárias têm uma atitude face à actividade agrícola bem distinta. Numa delas, explorada directamente, tem-se assistido a uma ausência de investimento nas últimas décadas, que tem levado ao seu declínio — ultimamente concentrou-se quase exclusivamente na produção de vinho, mas sem proceder à modernização das vinhas ou do processo de vinificação. Numa outra, combina-se a exploração directa da vinha com o arrendamento, não se registando também investimentos modernizadores na actividade produtiva.

Traços comuns a este grupo são ainda o facto de serem os principais utilizadores de tecnologia agrícola moderna — tractores, lagares de vinho mecanizados, lagar de azeite, linhas de engarrafamento — e da mão-de-obra local.

Muito embora apenas três destas famílias tenham membros a residir permanentemente na freguesia, o seu envolvimento directo na gestão agrícola — mais ou menos mediado pelos encarregados, os *feitores* — faz com que apenas uma delas, aquela que arrenda boa parte da sua propriedade, possa ser considerada como absentista. Além do controlo da terra e do poder directo que exercem enquanto principais empregadores locais, este grupo — com clivagens sociais importantes no seu seio, note-se — distingue-se por uma trajectória, por uma segregação da sociabilidade local, dos restantes habitantes da freguesia — exceptuando-se, em alguns casos, os seus laços com membros de famílias provenientes do

sector dos médios proprietários que, por algum caminho, se distinguiram do “comum”. Na história destas famílias encontramos biografias distintas. Proprietários provenientes da pequena nobreza local, que já detinham poder na sociedade de Antigo Regime — presidentes da Câmara ou capitães-mores das Ordenanças, por exemplo — e que não fizeram alianças matrimoniais no local no último século e meio. Proprietários da burguesia rural, já com alguma importância na sociedade de Antigo Regime, que foram os principais agentes do poder em Oitocentos e nos princípios do século actual e que enviaram desde então os seus membros do sexo masculino à Universidade. Tal permitiu-lhes sair daqui, mantendo contudo durante muito tempo uma base fundiária. Finalmente, uma família que ascendeu a esta posição em finais do século passado, mas onde não houve qualquer aquisição de capital escolar do nível do diploma universitário. Estas trajectórias, que geraram diferenças de estilos de vida, “maneiras” ou gosto, explicam em grande medida as diferenciações subtis existentes no seu seio, a sua hierarquia interna. Mas o grau de reconhecimento existente entre os mesmos e a sua separação dos outros — são por excelência os classificados como “ricos” —, bem como o facto de os seus antecessores já estarem no topo em finais do século XIX, fizeram deles um grupo à parte.

Do ponto de vista da distribuição da propriedade, aparece-nos em seguida um segmento de médios proprietários — 10 —, possuidores de extensões de terra entre pouco menos de 10 hectares e ligeiramente acima dos 20. Não constituem, tanto na sua existência actual como na sua história, um grupo homogéneo. Alguns destes descendem de famílias de médios proprietários abastados do século passado, outros ascenderam a este estatuto mais recentemente. Os primeiros pertencem a um sector de burguesia rural com menos terras do que as famílias ligadas à grande propriedade. Mas parecem ter jogado o seu destino social, desde o fim de Oitocentos, na aquisição de títulos académicos, seguindo, porventura uma ou duas gerações passadas, o percurso dos filhos de alguns grandes proprietários.

No interior do sector de famílias com média propriedade há uma clivagem nítida que separa as mais antigas, que acumulam hoje várias espécies de recursos, ou de capitais, e que, em termos genéricos, se afastaram da actividade agrícola, daqueles para quem a mesma é imprescindível. Os primeiros abandonaram a exploração fundiária directa, sendo a sua terra arrendada, quando não deixada em parte por cultivar, transformando-se a propriedade em lugar de vilegiatura — a sua origem rural passou a ser símbolo de prestígio, de “raízes”, as casas e pequenas quintas transformaram-se em lugares de lazer. Para os proprietários deste grupo que vieram de classes com pouca propriedade, ou talvez mesmo nenhuma em algum caso, a terra é uma fonte de sustento, sendo trabalhada pela família, com recurso a mão-de-obra assalariada, destinando-se a sua produção — vinho e batata, principalmente, mas também, em certos casos, aves de criação, azeite e

mesmo gado bovino — na maior parte ao mercado.

Este sector é oriundo das classes que predominam na freguesia: pequenos camponeses e jornaleiros. A título de ilustração do padrão local de distribuição da propriedade, veja-se que em Aldeia, que foi estudada mais intensivamente, 35% das famílias não tinha terra, enquanto uns 34% tinha uma quantidade igual ou inferior a 0,5 hectares e só 8% tinha entre 0,5 e 1 hectares. A maioria dos restantes tem entre 1 e 2 hectares. Estas famílias cultivam para o mercado e para casa, sendo naturalmente a parte de auto-subsistência de maior relevo para quem possui menos propriedade. Os pequenos proprietários produzem batata, milho, azeite, árvores de fruto e os produtos da horta. Um ou outro possui tractor, ou motocultivador, um autêntico emblema tecnológico dos pequenos proprietários, o que não significa que ele abunde, pois perde claramente em confronto com o burro, animal para todo o serviço, desde o transporte às (pequenas) lavras. A terra é trabalhada pelo grupo doméstico, com a ajuda de amigos e parentes e de algum assalariado, quando a idade, a insuficiência em termos de mão-de-obra do grupo doméstico ou o tipo de tarefa a tal obriga.

Há diferenças internas no seio dos pequenos proprietários camponeses que se prendem com a dimensão da propriedade e com a sua trajectória — neste caso com o facto de terem ou não herdado a terra, ou de esta ser ou não a única fonte de rendimento. Note-se que neste grupo, e em geral entre os mais humildes, a emigração tem sido um factor de extrema importância na transformação das suas posições relativas. Assim, há aqui uma fracção um pouco mais abastada, com ocupações fora da esfera agrícola, que pode mesmo ter frequentado o secundário e que pouco se distingue dos médios proprietários mais recentes e pequenos. Distanciam-se dos restantes pequenos proprietários, que por sua vez estão próximos dos assalariados. Próximos, até porque são muitas vezes os seus descendentes, sobretudo no caso dos emigrantes, que reinvestiram em casa e terra — além do dinheiro a prazo — as suas poupanças. Estão ligados consanguineamente, por afinidade, pela sociabilidade, ao mundo dos assalariados.

Estes últimos ou não são de todo proprietários, arrendando terra de cultivo, ou possuem parcelas minúsculas. Produzem para a auto-subsistência da sua casa, vendendo, em caso de boas colheitas, os excedentes daquela que constitui a sua produção mais significativa: a batata. Além desta, produzem milho destinado ao fabrico do pão que consomem ou ao pagamento de rendas — não dispendo muitas vezes de quantidades suficientes do mesmo —, algum vinho ou azeite de oliveiras dispersas, produtos hortícolas. O azeite, quando o têm, é insuficiente para as suas necessidades de consumo, o mesmo sucedendo com o vinho. Este, aliás, não provem normalmente de vinhas, mas de “cordões” que ladeiam os seus campos de cultivo. Entre os trabalhadores é o grupo doméstico quem cultiva, com recurso à entreajuda em momentos de maior necessidade de trabalho, como as colheitas. A

tecnologia é de base manual, poucos mesmo possuindo burra. A tecnologia mecânica reduz-se aos motores de rega e a um ou outro atomizador moderno.

Como já se percebeu pelo que se disse acima, uma descrição da sociedade local ficaria incompleta se não se referissem as actividades não agrícolas, que se articulam com os recursos da agricultura, sendo amiúde os seus salários a principal fonte de ingressos das famílias locais. Diga-se de passagem que são hoje cada vez mais raros os adultos ainda jovens — de idade inferior aos 45 anos — que se dedicam exclusivamente à agricultura. Nesta freguesia encontram-se poucas actividades que não sejam as do sector agrícola. O pequeno comércio de mercearia, os cafés, duas padarias, uma farmácia, um pequeno estaleiro da construção civil e uma pequena serralharia, uma oficina de reparações de veículos automóveis, quase não geram emprego. A maior concentração de trabalhadores, aliás de trabalhadoras, dá-se em dois “salões”, que são salas alugadas onde várias mulheres bordam tapetes de Arraiolos por conta de comerciantes, que fornecem os materiais utilizados e os padrões das tapeçarias. Há ainda alguns empregados públicos e do sector de serviços. Segue-se um amplo leque de assalariados, maioritariamente empregados no sector de obras públicas e construção civil, de um modo permanente ou mais esporádico, que trabalham na esmagadora maioria fora. Este grupo vem do campesinato pobre ou são jornaleiros sempre à espreita de alguma oportunidade para obter remunerações mais elevadas do que as existentes na agricultura. Quando não têm alternativa, voltam ao cultivo da terra.

Os grupos que se situam no topo e na base — passe a metáfora espacial — da sociedade local encontram-se estreitamente ligados no plano económico. Com efeito, os assalariados, embora em redução progressiva, trabalham — em número cada vez mais reduzido — predominantemente as terras dos maiores proprietários, ao mesmo tempo que lhes arrendam as terras menos aptas a culturas em maior escala, onde desenvolvem a sua policultura de subsistência.

4.

Estas breves considerações não pretendem constituir uma análise das classes da freguesia, mas tão só proporcionar indicações mínimas que nos permitam compreender os quadros básicos da vida local.

O território da freguesia espelha no seu espaço a sua estrutura social e a sua história, sendo ao mesmo tempo um elemento simbólico e um referente da memória. A sua análise revela-nos um espaço agrícola antigo, onde se situam povoados que já existiam na sua maioria há uns nove séculos. É muito diferenciado nas suas características físicas, que se associam a tipos de cultura e a actividades humanas diversificadas. Podemos considerar que ele se divide, *grosso modo*, em duas zonas principais: uma, planáltica, percorrida por uma ribeira, cujas margens se prolongam na direcção norte numa inclinação suave em cujo topo se situam os aglome-

rados populacionais mais importantes; a outra, de encosta pedregosa, com vales estreitos percorridos por ribeiros de Inverno e de Primavera, que parte das povoações e termina junto ao rio Dão. Numa pequena planície aluvial deste localiza-se a aldeia mais pequena. Na zona planáltica encontram-se os solos mais aptos a culturas irrigadas, sobretudo os localizados junto à ribeira, enquanto os situados a uma cota mais elevada e com uma boa exposição solar são particularmente adequados à vinha e à oliveira.

As maiores explorações agrícolas da freguesia situam-se nesta zona central, convergindo para as residências dos seus proprietários. A história das mesmas revela-nos a lógica da *produção do espaço* da freguesia¹⁷. Em particular, a da principal destas, a Quinta de Vale Bom, com cerca de 70 hectares. Esta, já mencionada como um casal no século XIII, foi delimitada e murada em finais do século XVI por um membro da família dos senhores donatários dos antigos concelhos de Senhorim, onde esta freguesia se situava, de Óvoa e do Barreiro, próximos daqui. Durante alguns séculos, esta quinta foi explorada por intermédio de um rendeiro. Este, no século XIX, além de pagar uma renda anual pela mesma aos sucessores desta família senhorial residentes em Lisboa, encarregava-se igualmente da recolha das suas rendas, provenientes dos foros de prazos (enfiteuse) que eles detinham aqui, em número superior a 300. Os dados são elucidativos quanto ao papel central deste domínio, mostrando-nos os vínculos de subordinação tecidos em torno desta família. Assalariados e enfiteutas — estes últimos incluíam membros da pequena nobreza local e da burguesia agrária —, desta e doutras freguesias, dependiam em maior ou menor medida da mesma. Este modo de exploração desfaz-se definitivamente a partir do último quartel do século XIX, sendo então a quinta vendida e iniciada a alienação dos prazos, que só acabaria na década de quarenta do século actual¹⁸. Porém, deixou marcas profundas no

¹⁷ A expressão *produção do espaço* pertence a Henri Lefebvre, que parte do uso do conceito de produção em Marx para analisar o espaço — cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, pp. 83-195. Não se irá aqui desenvolver o tratamento complexo que o autor dá à noção de produção, mas uma citação permitirá descortinar-lhe o seu sentido genérico: “[...] Estes espaços são produtos. A partir de uma “matéria-prima”, a natureza. São produtos de uma actividade que implica o económico, o técnico, mas vai bem além deles [...] Relação social? Sim, por certo, mas inerente às relações de propriedade (a propriedade do solo e a da terra em particular), e por outro lado ligado às forças produtivas (que moldam esta terra, este solo), o espaço social [o espaço produzido pela acção humana] manifesta a sua polivalência, a sua “realidade” simultaneamente formal e material. Produto que se utiliza, que se consome, é igualmente meio de produção; redes de trocas, fluxos de matérias-primas e energias moldam o espaço e são determinadas por ele. Este meio de produção, produzido como tal, não pode separar-se das forças produtivas, das técnicas e do saber, da divisão do trabalho social que o modela, da natureza, do estado e das superestruturas” — *idem*, p. 102. Há profundas afinidades entre esta abordagem e as desenvolvidas — de um modo menos sistemático e com outra conceptualização — genericamente por historiadores dos *Annales*.

¹⁸ Perderam os direitos que detinham como senhores donatários e as rendas a eles ligados, em virtude de terem seguido o partido de Filipe II na Restauração, mas voltaram a receber, feitas as pazes definitivas com Espanha, as rendas provenientes do se considerava ser seu património: a quinta e os prazos enfiteuticos.

espaço e nas relações sociais, incluindo as dimensões de poder, nas rotinas quotidianas em que tem assentado a vida deste universo agrário. A quinta de Vale Bom propriamente dita, a que nos temos estado a referir, tem um lugar central no espaço local, que lhe é conferido não apenas pela sua dimensão, mas também pela localização. É cortada pela estrada nacional e ladeada por uma estrada municipal que liga as duas povoações e que cruza com a primeira, ficando as suas instalações e a residência dos seus proprietários actuais junto ao largo principal de Vila, onde se situa a sede da Misericórdia, que é também a principal igreja, funcionado no mesmo edifício a única farmácia desta freguesia e das circunvizinhas. No mesmo largo, junto à Misericórdia, em terreno outrora cedido pela mesma, situa-se o antigo cemitério da freguesia, bem como um edifício que também pertence à instituição, com um salão para múltiplos usos e a sede da banda de música, um coreto e um pequeno parque infantil. Fica também neste largo um dos cafés, com uma esplanada por baixo das árvores do mesmo.

A estrada municipal, que atravessa o largo a norte, ladeia a imponente moradia dos actuais proprietários da quinta e contorna a residência solarenga que foi de uma família de fidalgos locais e as traseiras da matriz, antes de se perder nos campos de cultivo a sudoeste. Quem a percorre não pode deixar de se sentir impressionado com a feição “urbana” e a dimensão do largo ou com a amplitude das residências. Quem contempla os campos a sul do largo, de onde se avista a serra da Estrela nos limites da superfície planáltica que lhe serve de sopé, encontra desde logo esta quinta, tão diferente no tamanho e na disposição das culturas, dominadas pela vinha, num horizonte de onde parece quase ausente a policultura. Ao adquirirem a quinta no século passado, os antecessores familiares dos actuais proprietários não se limitaram a aumentar um património fundiário já antes apreciável. Adquiriram de certo modo uma preeminência em termos económicos e de poder, fonte de prestígio. Dois factos ajudam-nos a compreender este processo. A antiga família da grande aristocracia havia fundado e controlado a Misericórdia setecentista. O marido da maior proprietária é Provedor da mesma há quatro décadas. A quinta era vizinha do quintal e residência destes proprietários. Com a sua aquisição unificaram-se ambos os territórios. Assim, todo este espaço fala do poder e influência desta família.

As razões da concentração neste local de uma importante elite de base fundiária — grande e pequena aristocracia, burguesia rural — devem procurar-se nas próprias aptidões agrícolas do território da freguesia. Este, com superfícies planas relativamente importantes em termos regionais, e sujeito a um clima ameno, revela-se apto, nas suas superfícies mais enxutas bem como nas mais húmidas e/ou passíveis de irrigação, a um amplo leque de culturas. Nas mais secas dão-se a vinha, a principal cultura comercial, e a oliveira. Nas outras, o milho, pomares, a batata e os produtos da horticultura local.

Os dois principais núcleos de povoamento — que designaremos convencionalmente por Vila (a sede de freguesia) e Aldeia (a povoação contígua a esta) — têm estado delimitados espacialmente pelas grandes explorações, que são na maioria contíguas às residências dos proprietários. Em Vila, um outro largo, outrora a zona central da povoação, é delimitado a norte pela vasta frontaria do antigo paço senhorial, um edifício (restam duas alas) sem paralelo em toda a região pela dimensão e imponência. Também este foi adquirido com o seu vasto quintal por uma família de proprietários, proveniente da pequena nobreza e da burguesia agrária, que o anexou à sua residência. É essa presença das propriedades, com jardim e terrenos de cultivo no próprio centro do aglomerado, que constringe a habitação local. As casas dispersam-se, na sua maioria, por um tecido de ruas e ruelas, as mais antigas sem qualquer quintal. Em Vila, pode mesmo dizer-se que o aglomerado antigo estava na prática inteiramente localizado no interior de um polígono delimitado pela grande e média propriedade, com as respectivas residências. Por isso, Vila, quando começou definitivamente a crescer em termos de construção a partir dos anos setenta, fê-lo em grande parte seguindo os caminhos que conduzem à periferia da localidade, pois os maiores proprietários — a que haverá que acrescentar um médio com um importante quintal no centro —, com duas exceções, não têm de todo vendido terra ou pelo menos terrenos próximos do centro da povoação. Em Aldeia tem lugar um processo semelhante. O padrão é similar. Nos velhos centros das povoações localizam-se os lugares de culto e os largos principais, o pequeno comércio e as residências dos maiores proprietários. Desse centros partem ruelas com casas frequentemente sem quintal. Os novos bairros ficam para lá dos limites dos núcleos antigos.

Os grandes proprietários locais habitam vastas residências rodeadas sempre por um espaço ajardinado e por terrenos de cultivo, sendo o conjunto murado — os médios de raiz antiga são também os detentores de residências amplas, com jardim e quintal, mas tudo de menor dimensão. Marcam assim no espaço a sua presença, associada aos sinais distintivos da sua posição social. São predominantemente aqueles que têm terra suficiente para poder destinar uma parte da mesma a culturas improdutivas — jardins e, no caso do maior, uma mata de dimensão apreciável. São quem dispõe de áreas de lazer. As suas explorações quase monopolizam as designações prestigiadas de *quinta* e de *casa*. Se a primeira evoca primordialmente um terreno agrícola de razoável dimensão, *casa* designa aqui a unidade formada pela terra e pela família proprietária — algo que recorda o sentido da mesma entre o campesinato do norte do país, e sobretudo entre a grande agricultura do centro-sul e do sul ou entre a aristocracia. *Casa* é ainda uma exploração que possui um encarregado — ou *feitor* —, que é quem superintende os trabalhos agrícolas. Estas *casas*, pólos de recrutamento de mão-de-obra, lugar de residência dos poderosos, constituíram autênticos *pontos de rotação* no espaço

local — hoje, anos noventa, o seu papel social começa a ressentir-se claramente dos efeitos da perda de importância relativa da actividade agrícola¹⁹.

Os médios proprietários cujas famílias já ocupavam esta posição há algumas gerações também têm ou tiveram *casas e quintas*, sempre de menor dimensão que as dos anteriores, mas hoje já abandonaram praticamente a exploração económica da sua propriedade. De qualquer modo, a sua *marca* no território foi sempre diminuta em relação aos primeiros.

Encontramo-nos numa situação completamente distinta, quando analisamos a situação das outras classes da freguesia. Em vez de quintas encontramos a terra dispersa por vários blocos — às vezes mais de uma dezena —, alguns dos quais distantes uns dos outros. As suas casas não só não dispõem propriamente de áreas específicas de lazer — um tempo nulo ou reduzidíssimo no seu dia-a-dia —, como as casas se encontram na maioria, como se disse, aglomeradas nas povoações, sem terreno à sua volta. As fazendas dos proprietários mais pequenos e dos rendeiros prolongam-se pelas encostas mais pedregosas, em pequenas plataformas ou vales apertados, outrora mais cultivados, como o atestam os socalcos arruinados da encosta do Dão, hoje cobertos de pinhal e mato.

5.

As diferenças sociais inscritas na estruturação do território são correlativas de uma distribuição espacio-temporal dos grupos sociais, daquilo a que se poderá chamar a sua “regionalização”, que contempla distinções entre zonas de trabalho e zonas de lazer ou de repouso, zonas públicas e zonas privadas, com as quais os diferentes grupos locais mantêm relações desiguais²⁰. As matas e jardins dos grandes proprietários projectam publicamente o lazer como parte do estilo de vida. Este tipo de presença evoca um tempo em que se vivia de rendas e em que estas famílias residiam permanentemente aqui.

As suas casas amplas, nos dias de hoje com parte das divisões sem utilização, possuem áreas específicas destinadas à sociabilidade formal e ao lazer — como os salões de recepção e de baile. Eram, em conjugação com as grandes salas de jantar, zonas de representação, símbolo da posição e das “maneiras educadas”, dentro desse maior *espaço de representação* do proprietário que é a propriedade no seu conjunto²¹. As casas dos médios de origem “antiga”, nunca um palco social

¹⁹ Por “ponto de rotação”, Simmel entende um objecto de interesse fixo no espaço [bens imóveis, uma igreja, etc.] que produz determinadas formas de relação agrupadas em seu torno. Cf. Georg Simmel, *op. cit.*, p. 661 e seguintes.

²⁰ Sobre o conceito de “regionalização espacio-temporal”, ver Anthony Giddens, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1986, pp. 110-161.

²¹ *Espaço de representação* é também uma noção bastante feliz de Lefebvre, pois traduz bem as finalidades de auto-apresentação de uma imagem social ligadas à génese e utilização desses espaços. Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, p. 49 e seguintes.

desta amplitude, são hoje habitadas por alguns dos seus membros idosos.

Em contraste absoluto com este mundo, em que se vive na casa ou nos seus espaços adjacentes, em completa segregação face aos restantes — os grandes proprietários e estes médios não frequentam cafés, largos ou a via pública —, encontra-se o dos outros habitantes, em particular o dos mais pobres. A sua vida está estruturada temporal e espacialmente entre o lugar de trabalho — e nomeadamente os campos — e a casa. Esta é, para muitos, mais um lugar de repouso — onde se dorme e come — do que de lazer. Aliás, na medida em que as condições de vida melhoram e a casa adquire um mínimo de conforto, passa também a funcionar como espaço de lazer.

Enquanto os pequenos proprietários, consoante a época do ano e as condições climáticas, passarão nos seus campos a maior parte do tempo em que existe luz do sol, os jornaleiros agrícolas transitarão a partir das cinco da tarde das propriedades em que trabalham como assalariados para as *fazendas* (pequenas explorações) que cultivam, num labor ininterrupto, de manhã ao pôr-do-sol, em especial durante o Verão, quando o trabalho urge e as aldeias parecem esvaziar-se até ao cair da noite. Este último trajecto também é comum, sempre que possível, a quem trabalha fora. Muitos tomam no campo as suas refeições, excluindo a primeira e a última do dia.

As suas casas comportavam habitualmente uma única zona de convívio, a cozinha, onde comiam. Hoje em dia, a moradia destes grupos — em particular dos casais mais novos que não dependem exclusiva ou fundamentalmente da agricultura — está em transformação, sendo esta particularmente notória quando assenta nos rendimentos proporcionados pela emigração. A cozinha continua a ser o lugar central da casa, mas passou de uma divisão mal iluminada com uma lareira ou mesmo uma fogueira no chão, a um aposento amplo, aquecido no Inverno por um fogão a lenha, com uma televisão, equipamento doméstico ainda há poucos anos ausente nestes grupos. Por isso, há algum enfraquecimento da presença de membros deste sector mais próspero nos locais públicos cujo desconforto, sobretudo no Inverno, é óbvio, quando comparado com as condições de que dispõem em casa. As zonas públicas continuam, contudo, a ter um papel essencial na sociabilidade popular. Aí se encontram, cruzando-se nos seus itinerários particulares. A soleira das portas ou os largos, que permitem aproveitar a luz e o calor do sol, são lugares de descanso dos reformados e zona de trabalho para as mulheres ocupadas a bordar tapetes de Arraiolos, a tricotar ou a costurar, e postos de observação do quotidiano.

Zonas públicas são igualmente os cafés e as tabernas, que têm uma frequência diferenciada por sexo. Aos primeiros vão novos e velhos de ambos os sexos, sendo um espaço de convívio de amigos e da família. Há dois pontos altos, em termos temporais, na sua frequência: antes e depois do almoço, para algum ape-

ritivo e para o café, respectivamente, e à noite, quando a estadia se prolonga entre a bica e a atenção dada à televisão, a conversa e o consumo de bebidas.

As tabernas são frequentadas ao fim da tarde e à noite — algumas mantêm-se encerradas durante a maior parte do dia, quando os proprietários, que têm outras ocupações, e os clientes se encontram a trabalhar. São espaços masculinos, onde as mulheres e as crianças apenas entram para fazer compras, pois trata-se de estabelecimentos mistos de mercearia e tasca. A taberna diferencia-se, em vários aspectos, dos cafés. Enquanto nestes as mesas são o centro da interacção, dividindo o espaço em várias zonas — embora possa haver comunicação verbal que as transcenda —, permitindo uma apropriação particularizada do espaço, na tasca não existe tal divisão. A maioria dos seus frequentadores está em pé — não abundam cadeiras ou bancos — a conversar e a beber, encostada ao balcão. Joga-se a sueca. Os consumos são, até certo ponto, distintos. Nos cafés toma-se a bica e pode comer-se, desde sandes a petiscos ou mesmo pratos cozinhados. Na tasca, a comida propriamente dita está ausente. Algum amendoim ou azeitona, para acompanhar a bebida. Não se toma café nas tascas e há um leque bastante menor de bebidas — vinho, “traçadinho” (vinho com gasosa), cerveja de garrafa, aguardente —, em comparação com o dos cafés. Não só o que se consome é diverso — há uma maior presença do vinho na taberna —, como é distinto o modo de consumir. No café o consumo é individualizado ou de grupo. Na taberna, embora haja consumo individual, bebe-se sobretudo em grupo, sendo que este se alarga frequentemente a todos os presentes. As próprias características de dimensão espacial — as tascas são mais pequenas — contribuem para este tipo de consumo, sendo frequentes as *rodadas* — tomam-se várias bebidas, vinho e raramente cerveja para os mais novos, pagas à vez pelos intervenientes. Elas também ocorrem no café, mas são sempre parte da interacção de uns poucos, enquanto na tabernas alargam-se frequentemente a todos, chegando o dono a participar nas mesmas. A conversa, que no café é confinada aos grupos presentes, na tasca é necessariamente pública, em voz alta, acabando por nela participarem todos — quando alguém deseja confidencialidade afasta-se para o exterior ou para uma situação de exterioridade, como a zona junto à porta.

A comunicação verbal que tem lugar no café e a que ocorre na tasca não se distinguem propriamente pelos temas, antes pelas suas características formais, pela relação com o corpo e pelo tipo de audiência. Atendendo ao facto de o café ser frequentado por indivíduos de todas as idades, de ambos os sexos e com posições sociais distintas, há um maior policiamento da palavra, para evitar situações de mal-estar. Há, aliás, correspondência entre as posturas corporais controladas e a própria comunicação verbal, também ela submetida a algum tipo de controlo, pois o que se diz num determinado grupo pode ser ofensivo ou provocar mal-estar em outrem. A taberna permite uma maior distensão corporal e da pala-

vra, o que não significa ausência de normas e controlos. Na tasca a conversa torna-se pública e é mesmo abertamente licenciosa. A interacção envolve os próprios corpos. Há brincadeiras, chegando a tocar-se o corpo dos participantes, sendo que esses toques jocosos não parecem ocorrer entre membros do mesmo escalão etário, mas entre os que têm a separá-los um grande número de anos — o que entre estes pode ser apenas uma evocação de uma homossexualidade virtual, se envolvesse os primeiros implicaria possivelmente uma forte ambiguidade em relação à mesma. São, aliás, constantes os comentários à potência dos velhos, como ao comportamento sexual das mulheres, havendo, no entanto, o cuidado de evitar alusões que possam ser ofensivas para os presentes e os seus familiares ou próximos. É igualmente, como sítio de uso essencialmente colectivo, um lugar em que se troca informação, se evoca o quotidiano e um dos lugares de construção da memória social pela rememoração de pessoas e eventos passados que aí ocorre.

A taberna é um espaço distinto da casa — e marcado por uma tensão virtual como os interesses da mesma —, um espaço de crítica social e de contestação. Face à casa, afirma-se como território masculino e adulto, cenário de comportamentos que podem envolver ruptura com o universo da família. É o caso de situações como a embriaguez, que, no caso de se transformar em hábito, poderá pôr em causa a capacidade de força de trabalho de quem é usualmente o principal ganha-pão da família, ao mesmo tempo que faz descer um certo opróbrio sobre o envolvido que acaba por implicar os que com ele vivem. Mesmo sem se atingir um caso tão extremo, a taberna está ligada a consumos como a bebida e o tabaco que, num contexto de forte de controlo dos gastos, aparecem como supérfluos às esposas, excluídas da taberna, mas permanentemente preocupadas com o orçamento familiar.

Na taberna, espaço fortemente segregado e por isso protegido, escuta-se um discurso habitualmente *escondido*, o qual, no entanto, não se restringe a este local. Mas este possui características muito favoráveis. Este discurso crítico, moralista, incide sobre os vizinhos — a forretice ou ganância de um, os roubos de outro, as pretensões de um terceiro — ou as mulheres. Há misoginia nas apreciações destas, que podem incidir sobre comportamentos específicos, mas que relevam sempre de um estereótipo de género em que a licenciosidade e o engano aparecem como elementos da natureza feminina. Repassam-se das novidades locais. Discute-se eventualmente política. Criticam-se os grandes proprietários — outros personagens locais ausentes deste espaço, tal como os anteriores — tidos por indiferentes, hostis ou exploradores.

O tipo específico de interacções que tem lugar na taberna — e em medida distinta no café — ressalta ainda mais se a compararmos com um espaço com o qual existe um forte contraste: o da Igreja. Face a esta, a tasca aparece como um lugar masculino e tendencialmente igualitária — pelo menos não existe a hierarquia socio-espacial desta, de que falaremos em seguida. A família — um modelo

de relações sociais para os cristãos — está ausente, nesta zona de perigo e transgressão potenciais — basta lembrarmo-nos da importância do tópico da sexualidade —, de paródia e de riso, em relação a múltiplos aspectos do ideal humano proposto pela Igreja, que procura inculcar uma forte disciplina, contenção e repressão da própria expressão corpórea. Em suma, a taberna é um lugar de derisão, que abrange todos, “grandes” e “pequenos”, sem poupar o padre e mesmo a crença religiosa. A luta contra a taberna é, aliás, um lugar-comum dos sermões dos eclesiásticos, que não a frequentam, ao contrário do que sucede com o café.

Os contactos entre os diversos sectores da população local são, como já se assinalou, restritos no tempo e no lugar. Grandes proprietários e população trabalhadora contactam apenas uns com os outros no local de trabalho e na Igreja²². No primeiro dos casos, quando os proprietários se dirigem aos campos ou às instalações agrícolas para inspeccionar o trabalho ou eventualmente para o dirigir. No segundo, durante a missa ou outras celebrações religiosas.

As duas igrejas situadas em Vila são um espaço dividido. Em zonas de homens, situadas junto ao altar-mor ou no coro ao fundo, e zonas de mulheres e crianças no espaço restante. Em zonas destinadas ao “comum” e espaços destinados a pequenos e grandes “notáveis”. Estes últimos concentram-se na fila da frente na Matriz, e nas galerias situadas sobre a zona do altar-mor da Misericórdia, reservadas aos membros dos corpos gerentes da instituição e seus familiares, com um lugar de destaque para os mais importantes, como o Provedor e o Vice-provedor. Aí é também um sítio de correspondência entre a espacialidade dos corpos — as procissões são um exemplo de outro — e a dos lugares em que se inserem. Os “notáveis” adoptam uma posição de quem se sabe observado, por vezes mesmo de *parada* (ostentação), como a observação atenta de algumas faces (o queixo elevado e o olhar que percorre os outros sem se deter) deixa perceber. Por sua vez, são quem está melhor vestido²³.

A divisão socio-espacial faz-se também sentir no cemitério actual, que data de finais do século passado, cuja disposição espelha a sociedade local. Jazigos ou campas familiares de pedra pertencentes à mesma família e cuja imponência e/ou singularidade atraem o olhar, e que são monumentos da própria história familiar, contrastam com as campas mais modestas cobertas de mármore dos menos poderosos, e sobretudo com as sepulturas de terra, depósitos anónimos ou quase, de que

²² Esta separação espacial é típica de sistemas sociais assentes na desigualdade. Ver de um modo geral sobre as articulações entre espaço, estrutura social e interacção, Edward T. Hall (trad. fr.), *La Dimension cachée*, Paris, Éditions du Seuil, 1971 (1966).

²³ Goffman lembra que exista a expectativa de que nas nossas interacções haja consistência entre cenário (“setting”), aparência (“appearance”) e desempenho (“manner”), uma observação que nos parece ajustar-se ao que observámos. Ver a respeito da caracterização destas noções, Erving Goffman, *The Presentation of Self in Everyday Life*, Nova Iorque, Doubleday, 1959, p. 22 e seguintes.

por vezes restam apenas uma cruz de madeira e uma inscrição tosca, um nome, e cuja desagregação acompanha o desvanecer da memória dos mais humildes.

Os contactos entre as outras classes são mais variados e frequentes. Uma fracção dos médios proprietários “antigos” com títulos académicos, pela sua ausência da localidade, pelo próprio facto de as suas famílias estarem distantes do grosso da população, tem tão poucos contactos locais quanto os grandes proprietários. É óbvio que o velho médico local, que pertence a este grupo, lidava com todos — mas no contexto espacio-temporal da sua actividade. E que um velho casal de professores primários, médios proprietários, — que detêm face aos outros menor capital cultural —, por cujas aulas passou uma boa parte da população local, mantém com esta uma proximidade sem paralelo entre os membros do grupo.

Os restantes médios proprietários, que se encontram próximos, em termos de proveniência social, das classes mais humildes, embora frequentem pouco os espaços públicos, mantêm múltiplos contactos no quotidiano com indivíduos pertencentes às mesmas. Alguns têm um papel activo nos órgãos do poder político local, algo de que os mais poderosos se encontram afastados há muitas décadas, ou na vida associativa de instituições como a banda de música, o clube de futebol, o grupo coral e os bombeiros.

As casas, tabernas, cafés, ruas, largos e igreja, constituem territórios marcados por interacções de carácter distinto e por vezes até mesmo oposto. A igreja, por exemplo, é um espaço extremo de apresentação de uma face “pública”, enquanto as casas são um espaço privativo da família. As zonas “públicas” obrigam a um esforço de representação destinado a manter ou consolidar uma imagem determinada; a casa, espaço “privado” da família, embora também seja um espaço de representação, permite a distensão em segurança. A casa, a família, são o refúgio da intimidade, a retaguarda do desabafo, o lugar de ditos e procedimentos ocultos ao público²⁴.

A separação espacio-temporal possibilita comportamentos e opiniões que podem ser relativamente pacíficas no interior do grupo a que se pertence, mas que

²⁴ Estas observações apoiam-se na análise desenvolvida por Erving Goffman e nomeadamente na sua caracterização do que é uma região — “qualquer lugar limitado até certo ponto por barreiras à percepção” — e da subdivisão das regiões em “frontais” (“front region”) e da “retaguarda” (“back region” ou “backstage”). Cf. idem, *ibidem*, pp. 106-140. Ver igualmente Anthony Giddens, *The Constitution of Society, op. cit.*, pág. 124 e seguintes. Para Goffman uma região “frontal” é aquela em que as pessoas se comportam como actores num palco, desempenhando os papéis formais esperados, enquanto numa região de “retaguarda” elas se preparam para esse mesmo desempenho, repousam do mesmo ou contradizem-no. A categorização de Goffman não se identifica, portanto, com a divisão entre zonas “públicas” e “privadas”, embora mantenha com ela alguma relação. Também não se pretende tomar esta divisão como algo absoluto, nem ligá-la a espaços precisos, pois é importante ter em conta o tipo de interacção e a posição dos actores. A taberna, por exemplo, embora seja um lugar

comportam riscos e mesmo a possibilidade de um conflito aberto, se expressos publicamente. Assim, nenhum dos principais proprietários manifestaria em público a sua opinião sobre características imputadas aos trabalhadores, como o desleixo na actividade. Por sua vez, os trabalhadores e pequenos proprietários, ou quem quer que se ressinta das assimetrias locais, reservam para sítios onde é possível construir zonas de alguma intimidade as suas verdadeiras opiniões sobre os seus empregadores²⁵. Estes espaços são assim zonas de expressão do conflito, de uma luta de classes no quotidiano, feita de críticas e contestação aos poderosos, zonas do “registo escondido” face ao “registo público” da igreja ou da praça — nesta última, é óbvio, podem construir-se espaços privados —, onde prevalece uma representação polida dominada pela condescendência de uns e pela deferência dos outros²⁶.

6.

As características inscritas no território da freguesia pela história, presentes nos campos, na tessitura dos aglomerados, nas casas, em todo o plano espacial, constituem referentes discursivos a vários níveis.

A disposição dos campos e o tipo de agricultura praticado são sujeitos a apreciações distintas. Os campos dos grandes proprietários, especializados em termos de cultivo, agrupados, percorridos por máquinas agrícolas, aparecem como símbolos de modernidade e de racionalidade produtiva — o que é reconhecido não apenas no discurso dominante de técnicos e políticos, como no da população local. Aliás, dois grandes proprietários, que não se adequavam no presente a esta imagem, eram alvo de crítica e desconsideração.

A esta imagem de inovação, associam uma outra, que enfatiza a antiguidade, materializada nomeadamente nas suas residências. Estas evocam, na sua idade, dimensão e traços arquitectónicos, uma *tradição* e um *património* — no duplo sentido de propriedade e objecto digno de preservação — que os seus possuidores se esforçaram por construir e manter ao longo de gerações sucessivas. Quatro

que permite a expressão de comportamentos e discursos privativos de um grupo face à cena pública da aldeia, não deixa de ser um lugar público para muitos, em contraponto com a distensão possibilitada pelo espaço doméstico. Este, por sua vez, pode constituir uma área “frontal” para alguns dos membros da família — algum jovem, por exemplo — que só encontrará uma área de “retaguarda” entre os amigos.

²⁵ A casa é um desses sítios, sendo significativo que o termo fachada denote simultaneamente um limite da casa, território seguro para os seus moradores, e um comportamento tido por falso. Ver a este respeito Edward T. Hall, *op. cit.*, p. 133.

²⁶ A contraposição entre zonas de registo “público” e “escondido”, que aqui menciono, foi elaborada por James C. Scott, que colheu alguma inspiração em Goffman. Ver desse autor, *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, New Haven, Yale University Press, 1990. As expressões do conflito local são descritas no nosso trabalho de pesquisa já referido.

destas casas, todas situadas na maior das povoações, Vila, ostentam uma fachada nobre. Duas pertenciam a antigos morgados locais, já aí presentes desde o século XVII, outra estava agregada a uma capela vinculada em começos do século XVIII. É difícil datar a quarta que, de qualquer modo, já existiria sob alguma forma em começos do século XVIII. Foram objecto de arranjos no século actual, que terão incluído a implantação de uma brasão e janelas barrocas em uma delas, o rearranjo de acordo com um modelo “padronizado” de casa solarenga em outras duas — falo em modelo “padronizado”, porque há semelhanças com construções similares noutras regiões (Minho, em particular). Um sentido esclarecedor das mudanças operadas é dado pelo destino da residência de uma família da nobreza local. A sua moradia que era, segundo uma fotografia do século passado, uma construção irregular, denotando momentos diferentes de edificação — não havia uniformidade na disposição dos andares —, transformou-se num edifício que veicula um plano arquitectónico uniforme. Sem exagero, pode-se dizer que a sua história foi substituída por uma tradição “inventada”, que fez dela algo fixo, uma representação espacial de nobreza e “bom” gosto, que sucedeu à grande habitação rural que havia sido²⁷. Provavelmente só uma das residências escapou a este movimento de *nobilitação*.

As casas de dois grandes proprietários situadas em Aldeia distinguem-se deste grupo, na medida em que não ostentam qualquer sinal aristocrático e são de raiz mais recente — uma começou a ser edificada em finais de Oitocentos, a outra é do século actual. Contudo, pela sua dimensão ou arquitectura — uma delas terá imitado um modelo de “chalet” francês, — e mesmo pela sua antiguidade relativa, acabam também por se singularizar na paisagem local. Repositórios do gosto legítimo, estas casas constituem os elementos fundamentais, com as igrejas e capelas e com o que resta, imponente, do paço senhorial setecentista, do que é definido como *património* local.

As casas dos mais importantes proprietários e o respectivo recheio lembram constantemente aos moradores um passado que é presente nos múltiplos objectos — quadros, fotografias antigas, moveis, livros, cartas e papéis de família, armas ou relógios — que constituem elementos cruciais da definição da sua própria identidade social. Esse património particular é tido como património da freguesia (e em especial de Vila), algo que a singulariza no contexto regional e que é parte

²⁷ Sobre as dimensões sociais da tradição ver, de um modo geral, Edward Shils, *Tradition*, Londres e Boston, Faber and Faber, 1981; sobre a problemática da “invenção da tradição”, Eric Hobsbawm, “Introduction: Inventing Traditions” e “Mass-Producing Traditions: Europe, 1870-1914”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger, eds., *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983. Sobre a importância dos testemunhos e invocações do passado no presente, ver a obra de David Loewenthal, *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993 (1985).

de uma reivindicação de identidade local.

Às casas dos “médios” do sector antigo faltam alguns atributos como a maior dimensão, comum aos grandes, e qualquer pendor aristocratizante. No entanto, as suas residências, pelos materiais que utilizaram — boa pedra de cantaria — pela idade, pela sua aparência *vernácula*, acabam por se inserir nos cânones dominantes do *património*²⁸.

A espacialidade específica das outras classes, incluindo os que alcançaram na geração actual uma posição *média* em termos de propriedade, começa nos seus campos, que a maioria ainda cultiva à base de uma tecnologia assente no esforço físico. Este mundo da agricultura de subsistência, que surge na periferia da grande propriedade, com a sua racionalidade específica enquanto provimento do sustento familiar e aproveitamento de capacidades de trabalho até à exaustão, aparece como um modelo negativo e inverso do ponto de vista da opinião dominante sobre a actividade agrícola. Simplificando, enquanto a grande propriedade — na maioria dos casos — se identifica com a modernidade, a pequena agricultura é símbolo de atraso. Um atraso que se atribui estereotipadamente a uma *mentalidade*, tida como uma essência, que não lhes possibilitaria proceder doutra maneira e não aos constrangimentos que rodeiam a sua actividade.

As suas habitações constituem outro território que lhes é próprio no espaço local. Convém esclarecer que em Vila ou Aldeia não há exactamente um único tipo de habitação rural, antes um conjunto diversificado de habitações que se têm sucedido no tempo, muito marcado, como todo o Portugal rural, pelos efeitos da emigração. Pode-se, de qualquer modo, distinguir grosseiramente dois conjuntos: o das que constituem um tecido habitacional mais antigo, e as que foram construídas nas últimas duas décadas. As mais antigas são mais pequenas, construídas em granito, sendo constituídas geralmente por rés-do-chão e primeiro andar, com uma escadaria exterior — ou interior — que nos conduz do nível do solo ao primeiro andar. Os interiores possuem divisórias em taipa ou tijolo. Algumas não têm janelas de vidro ou casa de banho e as mais humildes comportam apenas duas divisões: cozinha/sala e quarto de dormir. No rés-do-chão, que dispõe de uma porta, fica a loja, a qual, conforme as posses, terá ou não lagar ou acomodação para a burra, e onde se guardam alfaias, adubos, vinho e outros produtos

²⁸ Por cânones dominantes de definição do *património* entendo aqueles que privilegiam edifícios — ou o reduzem aos mesmos —, aos quais se imputa antiguidade e genuinidade, tidos como paradigmáticos de uma especificidade ou identidade. Outras definições de *património*, que podem incluir a globalidade da paisagem rural, ou as manifestações da tecnologia tradicional ou da cultura oral — o que se pode chamar “*património etnológico*” —, não estão presentes de um modo geral nas representações locais do mesmo. Algumas referências interessantes para a análise da problemática do *património* encontram-se em José Aguinaldo dos Santos Gonçalves, *A Retórica da Perda: os Discursos do Património Cultural no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 1996.

agrícolas. O mobiliário é modestíssimo e escasso, e um certo número encontrava-se ainda sem água ou luz em finais da década de oitenta. No conjunto das moradias antigas destaca-se um número reduzido de residências algo mais amplas, com uma estrutura similar, mas construídas em pedra aparelhada de boa factura e não com os blocos informes tão comuns. Obra de gente mais abastada, por certo.

O outro grande conjunto de habitações é representado pelas casas edificadas mais recentemente por emigrantes ou antigos emigrantes e outros moradores (deixo de lado, por ser algo de excepcional, a construção de um pequeno prédio de apartamentos em Vila). São geralmente residências de dois andares, feitas em cimento e tijolo, que têm como modelo as moradias das camadas médias urbanas, mas que mantêm uma funcionalidade rural. Este modelo, aliás, comporta rés-do-chão — onde se situam arrumações, adega, garagem e mesmo lagar — e um piso de habitação, como a maioria das casas antigas locais. No seu interior encontramos uma fusão dos mundos rural e urbano, por vezes com cozinhas — que permanecem um lugar central da residência — equipadas simultaneamente com fogão a lenha e a gás. Há salas reservadas praticamente aos não residentes — sala de visitas e de jantar, por vezes um bar —, que constituem espaços que medeiam ou mesmo impedem um contacto mais íntimo com a família, que sempre tem lugar quando se entra directamente para a cozinha. A única maneira de evitar esse contacto íntimo nas casas mais antigas, é impedir o acesso à casa.

Se as casas da elite são consideradas parte fulcral do *património* local, as residências que acabámos de referir são objecto de apreciações de cariz contrastado e mesmo oposto. As casas mais recentes — e sobretudo o seu aspecto exterior — são tidas como um produto espúrio, do ponto de vista do discurso do *património* local. Para a elite, como para a opinião generalizada dos “media” — e de agências governamentais — nada mais revelam do que o mau-gosto e falta de instrução dos proprietários. É um discurso que pune em particular, em nome de uma determinada imagem do espaço local que favorece os sectores dominantes, um produto da maior mudança social que teve lugar aqui ao longo de dois séculos: a emigração para a Europa.

No seio das casas mais antigas, onde se nota também uma certa variedade de construções e de fachadas, e onde há algumas modestíssimas, como certas construções térreas, distingue-se um conjunto que é valorizado — precisamente as casas de granito de boa ou razoável qualidade e pouco retocadas. Estas casas são hoje objecto de intervenções — como colocar a “pedra à mostra”, retirando o reboco, tal como sucedeu com a matriz de Vila e a capela de Aldeia — que visam implantar uma imagem de *rusticidade* e *genuinidade*. Essa imagem, em que os traços de uma ruralidade idealizada — porque silencia a dimensão social e os enormes custos humanos da vida agrícola da maioria — ocupa o primeiro plano, é em tudo idêntica, sem ser algo específico de Portugal, a alguma utopia arqui-

tectónica do país rural promovida pelo Estado Novo. Numa aldeia próxima do distrito de Viseu, podemos encontrar a materialização da mesma, numa *aldeia melhorada* — a designação é a da lápide que comemora o feito —, com casas de granito à mostra, uniformizadas e ornadas de vasos de flores²⁹. O valor simbólico — e consequentemente económico, pois se valorizaram no mercado — destas casas é perfeitamente entendido pelos seus proprietários e também por muitos outros habitantes, incluindo parte dos donos das novas moradias. Estes mostram-se por vezes ambivalentes face às mesmas, pois embora tenham orgulho nelas, têm de enfrentar uma representação do que deve ser a habitação rural local a que elas não correspondem.

A presença espacial dos proprietários mais pequenos, de rendeiros e assalariados, é completamente distinta da da elite. Enquanto no caso desta se verifica uma ligação ao longo de várias gerações e mesmo por mais de um ou dois séculos, entre terra, casa e família, nada disto se verifica no caso dos primeiros. A elite procurou ao longo do tempo evitar o esboroamento do seu património, através da combinação de processos de herança com casamentos e da aquisição de posições e rendimentos fora do sector agrícola. A história não foi a mesma para todas as famílias. A vinculação da propriedade é responsável pelo facto de os morgadios locais se encontrarem no topo dos proprietários em começos da segunda metade do século passado. Mantiveram-se aí posteriormente, pela escassez de herdeiros, pelo celibato, ou porque a fragmentação ligada à herança foi compensada com a entrada de recursos provenientes de matrimónios. As famílias da burguesia agrária, responsáveis por uma forte política de aquisições de terra na segunda metade de Oitocentos, não transmitiram o grosso da propriedade a um único herdeiro, nem desencorajaram o casamento dos seus filhos ou filhas. Procuraram no casamento, muitas vezes fora daqui, no desenvolvimento das explorações agrícolas e na aquisição de competências escolares, base de ocupações relativamente bem remuneradas, a compensação para a tendência potencial, ligada à sucessão, para a desagregação do seu património. Em finais do século XIX, aos bacharéis que viviam da agricultura nas suas terras — é o que sucede com duas famílias —, sucediam-se os filhos formados em Coimbra ou em Lisboa, que deixavam de viver exclusivamente da agricultura e passavam a residir fora. Em matéria sucessória utilizaram por vezes a quota disponível dos seus bens — consoante a

²⁹ Esse melhoramento inseria-se numa representação idealizada do mundo rural, mundo da harmonia e modelo de valores sociais, que o Estado Novo cultivou. Ver a este respeito Joaquim Pais de Brito, “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”, in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo eds., 1982, pp. 511-532. Esta tentativa de recreação de um espaço idealizado, símbolo dos valores de continuidade e tradição (e *comunidade*) atribuídos ao campo, nada tem de especificamente português, nem é apenas característico de regimes de teor. Ver para o que se passou neste aspecto em Inglaterra, Howard Newby, *op. cit.*, pp. 11-21.

legislação, o terço ou a metade dos bens que cabiam a cada progenitor — para beneficiar um dos filhos. Tal benefício visava claramente perpetuar a sua presença espacial, pois a esse filho cabia a residência, que não era dividida, e as terras que confinavam com a mesma.

Há uma consciência explícita — reconhecida mesmo em documentos — do valor simbólico da presença das casas no espaço local. Até quase aos nossos dias as *casas* locais mantiveram-se por dividir, procurando dotar-se outros filhos com *casas* — habitação e terra — na região. Só a partir dos anos setenta, alguns ramos de antigas famílias Oitocentistas — e com vínculos de parentesco entre si — começaram a liquidar a sua propriedade local, por falta de herdeiros directos e dificuldades económicas. A presença espacial dos médios “antigos”, com práticas similares à sua escala, também perdurou até aos nossos dias.

Com uma propriedade escassa, os pequenos proprietários partilhavam as suas terras à morte — ou através de doação intervivos — pelos filhos, apenas beneficiando algum, ou alguma, em compensação dos cuidados com os pais envelhecidos. As habitações eram divididas por vários, o que terá levado a alterações na traça de muitas. A estreiteza do seu património e a sua dispersão periódica — seguida em muitos casos de reagrupamento, mas não de acordo com a lógica de salvaguarda de uma *linha* de descendência familiar — explicam a débil presença do seu passado no presente objectivado dos campos e das casas. Sabe-se que um campo ou uma casa veio de algum avô ou avó ou que estarão há muito na família, mas não mais. Deve-se acrescentar igualmente que a memória familiar não é cultivada, precisamente porque não é tida como um bem, ao contrário do que sucede com a elite. Esta dispõe de tudo aquilo que a estes falta, e investe no prolongamento de uma memória familiar, que é um capital económico e simbólico que representa no espaço presente a sua história³⁰.

7.

“Qualquer realidade dada no espaço expõe-se e explica-se por uma génese no tempo”, escreveu Henri Lefebvre³¹. Sigamos a suas palavras e olhemos mais uma vez para a história do espaço local.

Sob o Antigo Regime encontrava-se já delineado um espaço de posições sociais polarizadas que iria persistir, ao mesmo tempo que Vila adquirira as características arquitectónicas que ainda hoje a singularizam na região.

Em finais do mesmo período, a população local comporta um segmento dominante de morgados, acompanhados por proprietários não nobres, a burguesia

³⁰ Ver a propósito das várias dimensões da memória familiar local, José Manuel Sobral, “Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural”, in *Análise Social*, vol. XXX, n.ºs 131/132, 1995, pp. 289-313.

³¹ Henri Lefebvre, *op. cit.*, p. 136.

rural — onde se inserem os que aliam a propriedade ao comércio de vinhos, à destilação, ao empréstimo a juros, e de onde provém um ou outro bacharel formado em Coimbra³². Havia já um reduzido sector médio, seguido do grosso da população: pequenos proprietários, “proprietários-agricultores” e “jornaleiros” (as duas últimas designações são de fontes oitocentistas). Os contornos básicos da configuração do território que ainda hoje vigoram já se encontram estabelecidos — o espaço social só lentamente se modificará. Durante muito tempo, as rotinas quotidianas locais reproduzem um padrão de relações sociais de *longa duração*³³.

A implantação do liberalismo não teve qualquer efeito imediato local em termos de distribuição da propriedade. As terras dos antigos senhores escaparão incólumes às medidas políticas, e só começam a ser vendidas no último quartel do século XIX, como se disse. Este é o tempo de apogeu da burguesia agrária, que amplia a sua fortuna, inova no campo agrícola, ocupa os principais cargos de poder local e regional, ascende pela via escolar, conduz alianças matrimoniais no exterior, forma clientelas políticas. Os mais pequenos proprietários contentam-se com um papel subalterno, os outros permanecem jornaleiros e rendeiros dos anteriores. A República e o Estado Novo não mudaram a correlação de forças locais, mas a elite fundiária — grandes, mas também médios proprietários — foi cada vez mais abandonando a localidade, consoante a agricultura perdia importância no conjunto dos seus recursos e os cargos de poder local deixavam de constituir um atractivo.

Camponeses e jornaleiros continuaram a viver no local, até ao momento em que se lhes tornou possível a emigração em larga escala: para Lisboa e sua periferia nas últimas décadas, para a Europa desde meados dos anos sessenta. Esta emigração, conjugada com os efeitos da implantação de um regime democrático em 1974, em que o medo — do Estado, dos poderosos — enfraqueceu e em que o voto passou a ser solicitado, e com os da multiplicação de ofertas de emprego na região fora da agricultura — principalmente no sector de obras públicas e construção civil — provocou uma alteração sensível na vida local. Uma alteração que se lê no próprio espaço da freguesia, nos novos bairros construídos nas duas últimas décadas, na multiplicação de automóveis, em padrões de consumo urbanos e provavelmente no modo crítico e como é comentada a actuação da antiga elite local.

Todavia, a polarização social local, tão marcante no espaço e no tempo, continua presente no discurso dos habitantes locais. A grande propriedade está

³² Parece-me que este grupo corresponde à definição de *burguesia rural* avançada por Albert Silbert — cf. *Le Problème agraire portugais à l'époque des premières cortès libérales*, Paris, PUF/Fondation Calouste Gulbenkian, 1968, p. 21.

³³ Ver a respeito das dimensões espaço-temporais do quotidiano e da *longa duração*, Anthony Giddens, “Time and Social Organization”, art. citado.

sempre presente, na visibilidade imediata dos seus muros e da sua extensão. Sempre objecto de discussão, por ser um limite ao crescimento dos núcleos antigos das povoações e por constituir um símbolo de uma desigualdade social que parece à maioria excessiva.

A classificação social que prevalece no discurso local — da maioria, não da elite — faz-se em torno das categorias de “ricos” e “pobres”. Não é claramente uma classificação objectiva, variando o que se entende por “rico” e por “pobre”. Para um assalariado rural, “rico” será todo aquele com melhores rendimentos e um viver menos penoso, abrangendo um leque de posições sociais em que se pode incluir um emigrante, um funcionário bancário e logicamente um grande proprietário. Para estes, a escala de riqueza será outra. Esta dicotomia não é evidentemente de carácter local, encontrando-se em múltiplos contextos sociais. Porém, é de colocar a possibilidade da frequência da mesma estar ligada à distância e desigualdade social que marcaram profundamente este espaço local³⁴.

8.

Vila e Aldeia têm cada uma espaços de culto, padroeiros, festas e estereótipos colectivos próprios. As clivagens entre ambas manifestam-se desde logo na discussão dos respectivos limites, pois são praticamente contíguas, como atrás se referiu. Para os da Aldeia, a fronteira desta seria numa rua central de Vila que se chama justamente do Estremadouro — na sua filologia *ad-hoc*, por ser o ponto extremo de ambas as povoações. Os de Vila não aceitam logicamente tais argumentos, defendendo que o nome original seria do Estrumadouro, porque antigamente era hábito curtir o estrume na rua. Estes despiques são destituídos de qualquer consequência mais importante. A maioria dos parceiros conjugais de Aldeia, por exemplo, são naturais de Vila, onde se situam as escolas, o grosso do comércio, o local de missa dominical e a residência paroquial, as irmandades, o cemitério, as sedes do clube de futebol e da banda de música, os bombeiros, o Centro de Saúde e a Junta de Freguesia. Aí se localizam a maioria das explorações agrícolas que têm sido cultivadas pelos moradores de Aldeia.

Apesar dos contactos constantes e íntimos entre os moradores de uma e de outra, insiste-se nas diferenças que as separarão. Diferenças assentes desde logo na naturalidade e nos supostos traços de identidade que a mesma conferirá. Vila viu o seu cunho

³⁴ Ao tratamento clássico das representações da sociedade que trata da dicotomia entre ricos e pobres — Stanislas Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979 — haverá que acrescentar o estudo de José Antonio Maravall — “Un tópico sobre la estructura social: la imagen dicotómica de pobres y ricos”, in *Moneda y Crédito*, n.º 165, Madrid, Junho de 1983, pp. 25-57 —, que se debruça sobre ela no contexto da Espanha de Antigo Regime. Sobre a detecção da mesma na literatura antropológica em Portugal — em Cutileiro, O’Neill... —, consultar a nossa dissertação.

senhorial, que lhe valeu o apodo de “Sintra da Beira”, encontrar alguma correspondência numa representação dos seus habitantes que os dá como possuidores da “mania das grandezas” e ao mesmo tempo egoístas e pouco dados à cooperação. Aldeia — um povoado mais humilde e cujos habitantes eram de condições sociais mais próximas — ganhou fama de combativa politicamente e de solidária. Adquiriu o epíteto de *Cuba*, pois um número significativo dos seus moradores aderiu ao PCP depois do 25 de Abril. A designação é encarada com orgulho pelos mais à esquerda, e mesmo com uma certa benevolência por alguns dos mais conservadores, que tendem a ver nesse factio um símbolo de singularidade e de ousadia, valores positivos do ponto de vista da reivindicação de uma identidade local.

O estereótipos identificadores dos habitantes de Aldeia e Vila conhecem momentos periódicos de discussão e confronto, sempre que surge uma ocasião que se julga adequada à comparação do seu comportamento, como algum peditório paroquiano. As festas locais, hoje ambas em Agosto, são um momento privilegiado de competição entre os habitantes, que serve para confirmar as virtudes de uns e os vícios de outros, em termos do brilho de cada uma delas ou da generosidade dos seus naturais expressa nas ofertas que fazem parar suportar as despesas com as mesmas.

Nascer numa terra determinada é algo de crucial para a maioria. Tal é visível no regresso definitivo dos que partiram, que compram casa, terra e campa aqui, ou nas suas estadias sazonais, em que se reavivam laços, se mostram os sinais da nova posição, se casam ou baptizam os filhos³⁵. A elite inscreve por certo a localidade na sua identidade. Mas de um modo diverso do da maioria da população. A sua inserção num espaço rural determinado significa raízes distintivas, que se lêem na paisagem, nas casas, nos objectos, no seu património. Significa família implantada num dado local, mas em que o local é algo de secundário face à importância conferida à família nas auto-representações da sua identidade.

9.

Aludimos de início que se procuraria aqui defender a pertinência de um conceito relacional de *comunidade*. Comunidade poderá servir, assim, para denotar o relacionamento específico entre os membros de uma dada colectividade social, ligados por laços múltiplos de importância crucial para os que neles se inserem, de grande

³⁵ Há vários factores indissociáveis neste apego à localidade de origem: a existência de laços com a mesma, como sejam os representados pela casa, terra, família, amigos; há a memória, que possui sempre um carácter espacial; há ainda a importância de todos eles na formação de uma identidade. Veja-se a respeito da articulação entre memória, espaço e identidade: Maurice Halbwachs, “La Mémoire collective et l’espace”, in Maurice Halbwachs, *op. cit.*; David Loewenthal, “Paysages et identités nationales”, in Marcel Jollivet e Nicole Eizner, eds., *L’Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996, pp. 245-271.

intensidade e que se sobrepõem — o vizinho pode ser ao mesmo tempo o parente, o amigo, o companheiro de trabalho. Como vimos no decurso deste trabalho estas redes de relações são formadas pelos que têm a mesma posição de classe ou posições próximas no espaço social³⁶. Comunidade, neste sentido, distingue-se da noção de *locale*, mencionada antes, bem como da realidade concreta da localidade, pois não se aplica a componentes essenciais do sistema social local, como as classes dominantes. Embora este conceito de comunidade pressuponha relações dotadas de uma dada estabilidade espácio-temporal e um determinado território — o da aldeia, mas neste caso até o de Aldeia e Vila... —, procura designar uma realidade com uma história própria, sujeita a dinâmicas de sentido oposto, centrípetas ou centrífugas. Entre as primeiras estarão a afinidade ou proximidade em termos socio-espaciais, propiciadas por posições sociais idênticas ou não muito afastadas, por hábitos partilhados, e actos de solidariedade como empréstimos, serviços que se fazem como arranjar emprego a alguém ou contribuir para a sua emigração, ajudar no ataque a incêndios e na busca de pessoas desaparecidas, tomar conta de crianças, apoiar os outros em momentos dolorosos, como a morte de alguém, tomar conta de crianças. Participar das suas alegrias e das suas tristezas. Estes são apenas alguns exemplos de gestos e atitudes que pude observar e que implicam uma reciprocidade diária que sustenta um relacionamento de mais longa duração. Mas devem igualmente inserir-se entre esses factores o peso da opinião pública local — com uma força particular conferida pela proximidade espacial —, tão frequente no discurso crítico da taberna e do café, que constitui um factor de conformismo, constringendo a um determinado tipo de atitudes, e que é sentido como opressor por todos os que se sentem atingidos pela mesma. Entre as segundas dinâmicas encontra-se o acentuar de clivagens ao nível das trajectórias sociais, por vezes entre os descendentes de um mesmo casal, as divergências de opinião, as desigualdades de classe, as diferenças entre estilos de vida, as assimetrias em termos de poder — as clivagens ligadas à dominação social e simbólica inscrita no espaço e nos discursos sobre o mesmo —, o agudizar de conflitos inerentes a qualquer colectivo.

Este sentido de comunidade tem em conta alguns dados da tradição sociológica, cuja validade heurística permanece, mesmo que se esteja em desacordo com muitas das suas propostas. Apenas a título de exemplo da pertinência de formulações dos “clássicos” recordem-se as reflexões do autor que exerceu provavelmente a maior influência na teorização da comunidade, Tönnies. As suas observações sobre o papel da memória, do hábito e do costume como características das comunidades afiguram-se ainda hoje fecundas³⁷. No fim de contas, o que permite falar em comunidade são as relações sustentadas pelos que cresceram, se

³⁶ Ver Craig Calhoun, *op.cit.*, que inspirou em larga medida estas reflexões.

³⁷ Cf. Ferdinand Tönnies, *op. cit.*, pp. 123-135.

formaram e se conheceram num mesmo espaço. Aqueles que aprenderam a trabalhar os campos juntos, que frequentaram a mesma escola, a mesma igreja, as mesmas tabernas e cafés, festas e bailes. Aqueles que mais tarde foram para a construção civil e — muitos — para a emigração. Aqui encontraram os seus parceiros conjugais. Aqui decorreram as suas vidas.

Essas relações reproduzem-se nos contactos repetidos do quotidiano, no café e na taberna, nas festas, na memória. Nos seus espaços de sociabilidade e no apego a um discurso identitário em que uma condição social se liga a uma situação local, como sucede na representação que a maioria constrói de si como *pobre*.

Dezembro de 1996.